



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150423 - DF (2021/0220234-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : ERICSON DIAS CARNEIRO
ADVOGADOS : MARUZAM ALVES DE MACEDO - MG041134
RAMON RIBEIRO DE MACEDO - MG126084
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS
CORRÉU : ALVINO LOPES DE MOURA
CORRÉU : GUILHERME HENRIQUE SILVA CORTEZ
CORRÉU : JOSE CARLOS SOARES TEIXEIRA
CORRÉU : JOSE ELMIRO SANTANA DA SILVA
CORRÉU : LEANDRO APARECIDO LOPES DE MOURA
CORRÉU : MARCOS VINICIUS SILVA DOS SANTOS
CORRÉU : OSNAIR BARBOSA DA SILVA
CORRÉU : RENAN LOPES DE MOURA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ERICSON DIAS CARNEIRO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (HC n. 0712860-88.2021.8.07.0000).

O recorrente "teve sua prisão preventiva decretada, em 18/03/2020, após representação da Autoridade Policial da Coordenação de Repressão aos Crimes Patrimoniais - CORPATRI, pela prática, em tese, dos delitos de organização criminosa especializada na prática de receptação, adulteração de sinais identificadores de veículos automotores e falsificação de documentos públicos e particulares" (fl. 264).

Sustenta que inexistente preclusão para suscitar a ilegalidade da preventiva baseada em argumentos diversos do que anteriormente fora suscitado em outro *writ*. Neste contexto, argumenta que não estão presentes os requisitos da segregação, porquanto evidenciado a ausência de contemporaneidade com a data dos fatos imputados.

Agrega argumentos sobre a desproporcionalidade da prisão, porquanto cabível medidas diversas da aprisionamento cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para revogação da preventiva, com eventual aplicação de medida diversa da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente